



## CORPOS, DIREITOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

### BODIES, SOCIAL RIGHTS AND YOUTH AND ADULT EDUCATION: AN INTEGRATIVE REVIEW

### CUERPOS, DERECHOS SOCIALES Y EDUCACIÓN DE JÓVENES Y ADULTOS: UNA REVISIÓN INTEGRADORA

Gustavo Silveira • Pricila Santana Conceição • Laís Almeida Mascarenhas •  
Marcus Vinícius Cadindé de Souza • Valdilene Aline Nogueira

#### Resumo

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil ainda enfrenta desafios relacionados à precarização das políticas públicas e à invisibilidade dos sujeitos de direitos que dela participam. Diante disso, esta pesquisa analisou como os temas “corpo”, “EJA” e “direitos sociais” se articulam nas produções acadêmicas contemporâneas. O estudo foi conduzido por meio de uma Revisão Integrativa da Literatura, com busca em bases de dados da *SciELO*, *Google Acadêmico* e Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, contemplando publicações dos últimos 20 anos. A análise temática identificou três eixos principais: “A EJA e a garantia de Direitos Sociais”, “Identidades da EJA” e “A Práxis com a EJA”. Os resultados revelam que o corpo na EJA é um território de resistência e reconstrução identitária, evidenciando a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas e políticas públicas mais sensíveis às realidades desses sujeitos de direitos. A pesquisa contribui para o campo educacional ao integrar corporeidade e direitos sociais, ampliando a compreensão da EJA como espaço de emancipação e justiça social.

**Palavras-chave:** Corporeidade; Educação de Jovens e Adultos; Direitos Fundamentais.

#### Abstract

The Youth and Adult Education in Brazil still faces challenges related to the precarization of public policies and the invisibility of the subjects of rights who participate in it. Given this, this research analyzed how the themes "body," "EJA," and "social rights" are articulated in contemporary academic productions. The study was conducted through an Integrative Literature Review, with searches in the *SciELO*, *Google Scholar*, and *CAPES Theses and Dissertations Catalog* databases, covering publications from the last 20 years. The thematic analysis identified three main axes: "EJA and the Guarantee of Social Rights," "EJA Identities," and "Praxis with EJA." The results reveal that the body in EJA is a territory of resistance and identity reconstruction, highlighting the need for inclusive pedagogical practices and public policies that are more sensitive to the realities of these subjects of rights. The research contributes to the educational field by integrating corporeality and social rights, broadening the understanding of EJA as a space for emancipation and social justice.

**Keywords:** Corporeality; Youth and Adult Education; Fundamental Rights.

#### Resumen

La Educación de Jóvenes y Adultos en Brasil aún enfrenta desafíos relacionados con la precarización de las políticas públicas y la invisibilidad de los sujetos de derechos que participan en ella. Ante esto, esta investigación analizó cómo los temas "cuerpo", "EJA" y "derechos sociales" se articulan en las producciones académicas contemporáneas. El estudio se llevó a cabo mediante una Revisión Integrativa de la Literatura, con búsquedas en las bases de datos de *SciELO*, *Google Académico* y el Catálogo de Tesis y Disertaciones de la Capes, contemplando publicaciones de los últimos 20 años. El análisis temático identificó tres ejes principales: "La EJA y la Garantía de Derechos Sociales", "Identidades de la EJA" y "La Praxis con la EJA". Los resultados revelan que el cuerpo en la EJA es un territorio de resistencia y reconstrucción identitaria, evidenciando la necesidad de prácticas pedagógicas inclusivas y políticas públicas más sensibles a las realidades de estos sujetos de derechos. La investigación contribuye al campo educativo al integrar corporeidad y derechos sociales, ampliando la comprensión de la EJA como espacio de emancipación y justicia social.

**Palabras clave:** Corporeidad; Educación de Jóvenes y Adultos; Derechos Fundamentales.





## INTRODUÇÃO

A educação de Jovens e Adultos (EJA) constituiu-se como um espaço de reafirmação da cidadania e de luta pelo direito à educação, especialmente para pessoas historicamente marginalizadas do sistema escolar. No Brasil e em toda a América Latina, essa modalidade desempenha papel essencial na inclusão social, permitindo que pessoas jovens, adultas e idosas ingressem ou retomem seus estudos, reconstruindo suas trajetórias de vida e de aprendizagem (Di Pierro, 2010).

No contexto brasileiro, os direitos sociais estão expressamente previstos no artigo 6º da Constituição Federal, incluindo, entre outros, o direito à educação, à saúde, ao trabalho, à moradia, à alimentação, à previdência social, à assistência social e à cultura. Na EJA, os direitos sociais assumem centralidade, pois a própria existência da modalidade evidencia trajetórias marcadas pela negação histórica do direito à educação. Assim, garantir a EJA como política pública significa reconhecer a educação como direito social permanente, articulado à dignidade humana, ao trabalho, à justiça social e ao reconhecimento dos sujeitos trabalhadores, reafirmando a ideia de que os direitos só se realizam plenamente quando protegidos e materializados nas práticas institucionais (Di Pierro, 2010; Bobbio, 1992).

De acordo com os dados do Censo/PNAD do IBGE, em 2024, no Brasil, havia cerca de 9,1 milhões de pessoas de quinze anos ou mais não alfabetizadas, o que corresponde a uma taxa de 5,3% dessa população. Ao mesmo tempo, entre a população de vinte e cinco anos ou mais, aproximadamente 35,2% não haviam concluído o Ensino Fundamental.

Compreendendo que os direitos sociais são um conjunto de direitos fundamentais que visam garantir condições materiais e sociais mínimas para uma vida digna, escancaram-se a problemática para que todas as pessoas possam exercer plenamente sua cidadania. Diferentemente dos direitos civis e políticos, que se concentram nas liberdades individuais e na participação política, os direitos sociais exigem ações concretas do Estado, por meio de políticas públicas, serviços e investimentos sociais (Bobbio, 1992).

Sobre este contexto, Arroyo (2017) realiza uma interlocução contundente com a Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire (Freire, 2005) para descrever, sociologicamente, o modo como os/as estudantes da EJA articulam em seus cotidianos, os direitos sociais. Após analisar essas pessoas como sujeitos de direitos, o autor propõe em seu último capítulo uma Pedagogia dos Corpos. Assim, Arroyo (2017, p. 274) coloca-nos diante de reflexões profundas sobre uma das dicotomias vigentes nas escolas: “corpo/mente”, em que a pessoa adulta e idosa é vista apenas como “mente incorpórea”. Ou seja, a preocupação da escola limita-se à mente do educando ou da educanda, ignorando sua corporeidade, como





a(s) linguagem(ns) de seu corpo. Daí, talvez, a crise de identidade individual e de seus coletivos, como sujeitos de direitos, uma vez que “o encontro entre o sujeito e ele mesmo pode vir pelo corpo” (Arroyo, 2017, p. 283).

O corpo do estudante na EJA, afasta-se de concepções fragmentadas e reducionistas que o entendem apenas como organismo biológico ou suporte funcional da mente. Ele é compreendido como uma unidade complexa, na qual dimensões biológicas, psíquicas, afetivas, sociais, culturais e históricas se entrelaçam de forma indissociável. Compreendemos que o ser humano é simultaneamente biológico e cultural, individual e social, racional e afetivo, o que implica reconhecer o corpo como lugar privilegiado dessa articulação. Assim, o corpo não é apenas aquilo que o sujeito possui, mas aquilo pelo qual ele existe, sente, aprende, comunica-se e produz sentidos no mundo (João, 2019).

Já a corporeidade expressa essa condição de ser-no-mundo encarnado, correspondendo ao modo como o sujeito vive, experencia e significa sua existência por meio do corpo em permanente relação com o contexto. Essa noção afirma que a corporeidade é um processo dinâmico, relacional e histórico, que integra sensações, emoções, pensamentos, valores e práticas sociais. Nesse sentido, a corporeidade ultrapassa o corpo físico e assume caráter epistemológico e pedagógico, pois reconhece o sujeito como produtor de saberes corporais, culturais e simbólicos, fundamentais para práticas educativas que valorizem a experiência, a integralidade e a dignidade humana (João, 2019).

Os temas ligados à EJA e ao corpo se articulam na medida em que passam, a partir do não acesso aos direitos sociais, por uma inversão cultural de negação do direito ao conhecimento historicamente construído, a determinado tipo de cultura e à conscientização, tornando pessoas, objetos, coisificando-as no mundo e, conseqüentemente trazendo à tona a precarização da condição do sujeito e de seu possível “corpo consciente” (Pereira; Todaro, p. 3, 2015). Pautando-se em Paulo Freire, os autores defendem que o ato de comunicar-se com o mundo através do corpo é tornar-se dialógico, e se faz necessário para compreender que para além do aprender das letras e números e de como decodificá-los, a EJA possibilitará a assunção desse corpo consciente, contribuindo com a libertação e emancipação das educandas e educandos (Freire, 2005).

Ainda nessa compreensão, hooks (2013) afirma que educar é um ato que envolve a pessoa inteira, e não apenas sua mente. Ao criticar a lógica escolar que fragmenta pensamento e corporeidade, a autora destaca que a escola precisa acolher as experiências corporais como parte constitutiva do processo pedagógico. A partir de uma Pedagogia Engajada, ela reivindica que os saberes corporificados, marcados





por raça, gênero, classe, trabalho, dor, desejo, memória, para que sejam reconhecidos como epistemologias legítimas. Assim, trazer os corpos para a educação significa romper com modelos de ensino que silenciam subjetividades, diferenças e que desconsideram histórias de vida. Na concepção da autora, reconhecer o corpo como fonte de conhecimento é um gesto de transgressão pedagógica, pois desloca a ideia bancária de educação e afirma a aprendizagem como encontro, diálogo e emancipação, no qual professores/as e estudantes se tornam presença plena, ética e política no mundo.

O pseudônimo bell hooks foi adotado por Gloria Jean Watkins, em homenagem à sua bisavó, Bell Blair Hooks. A opção por grafar o nome em letras minúsculas, mantida ao longo de toda a sua obra e respeitada mundialmente, constitui uma escolha política e epistemológica da autora que tensiona as convenções acadêmicas tradicionais, ao deslocar o foco da figura da intelectual para a centralidade da escrita, das ideias e das reflexões produzidas. bell hooks formou-se em Língua Inglesa pela Universidade de Stanford, na Califórnia, realizou o mestrado na Universidade de Wisconsin–Madison e concluiu o doutorado na Universidade da Califórnia, em Santa Cruz, aprofundando análises críticas sobre raça, gênero, literatura e poder.

O corpo, entendido não apenas em sua materialidade, mas como expressão de experiências, resistência e identidades, revela-se um elemento central na análise da formação humana e das relações sociais (Arroyo, 2017; hooks, 2013). Na EJA, esses corpos carregam marcas de exclusão, envelhecimento, desigualdade de gênero, classe e raça, mas também expressam trajetórias de emancipação e de ressignificação do conhecimento. Logo, partindo problema de pesquisa acerca de como esses assuntos estão sendo articulados pela produção acadêmica no Brasil, essa pesquisa teve como objetivo analisar, por meio de uma Revisão Integrativa da Literatura, como os temas “corpo”, “EJA” e “direitos sociais” estão articulados nas produções acadêmicas contemporâneas no Brasil.

Nesse contexto, o presente estudo se justifica pela ação política de que compreender a EJA a partir das dimensões corpóreas e da garantia dos direitos sociais amplia o debate sobre os modos de ser e estar dos sujeitos de direitos na escola (Arroyo, 2017; Freire, 2005; hooks, 2013). Além disso, a EJA historicamente ocupa a margem das produções acadêmicas no Brasil, tornando-se necessários estudos que contradigam esta constatação (Di Pierro, 2010).

A relevância do estudo, portanto, reside em contribuir para o fortalecimento de ações político-pedagógicas mais inclusivas e sensíveis às realidades da EJA, além de subsidiar reflexões sobre políticas públicas capazes de assegurar o direito à educação de qualidade ao longo da vida.





## METODOLOGIA

A revisão integrativa, conforme apresentada por Botelho et al. (2011), organiza-se em seis etapas que sistematizam o processo investigativo: definição do tema e da questão de pesquisa, estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão, seleção dos estudos, categorização, análise e interpretação dos resultados e, por fim, síntese do conhecimento produzido. Esse método permite integrar diferentes perspectivas, favorecendo uma compreensão crítica do tema estudado. Ao sistematizar produções em diferentes fontes de buscas, a revisão integrativa possibilita visualizar lacunas, tendências e novas perspectivas investigativas, configurando-se como um recurso metodológico relevante para aprofundar debates e orientar pesquisas no campo educacional.

Após a problematização realizada acerca da temática que tange o corpo, a EJA e os direitos sociais, no processo de levantamento de dados dessa pesquisa, foram utilizados critérios de inclusão e exclusão para selecionar os primeiros textos da análise. Foram selecionados artigos, dissertações, teses, livros e capítulos de livros que tratam sobre a EJA, corpo e direitos sociais, publicados nos últimos 20 anos, que contribuíram com o problema de pesquisa e para a discussão proposta. Foram considerados estudos que analisaram políticas públicas, práticas pedagógicas e questões de gênero, raça e classe social no contexto da EJA. Foram excluídas produções que abordaram aspectos históricos ou que não se relacionaram diretamente com os eixos centrais da pesquisa (corpo, direitos sociais e EJA).

Com base nestes critérios foram estabelecidos os termos “Educação de Jovens e adultos”, “corpo e educação”, “direitos sociais”, “políticas públicas” e “exclusão social”, para o levantamento de dados, sendo variadas as combinações entre os termos. Os bancos de dados utilizados para pesquisa foram Catálogo de teses e dissertações da CAPES, *Google Acadêmico* e *Scielo*. As bases foram escolhidas por facilidade de acesso e diversidade de produções presentes.

A escolha de artigos publicados nos últimos vinte anos justifica-se pela necessidade de compreender transformações recentes e estruturantes da EJA no Brasil. Di Pierro (2005; 2010) evidencia que, a partir dos anos 2000, a EJA passou por reconfigurações importantes no campo das políticas públicas, das formas de atendimento e do reconhecimento dos sujeitos como portadores de direitos, o que marca um período de intensa produção e mudança conceitual. Do ponto de vista metodológico, Botelho, Cunha e Macedo (2011) defendem que o recorte temporal em revisões integrativas deve ser suficientemente amplo para captar tendências e variações relevantes no desenvolvimento do campo investigado. Assim,





as duas últimas décadas constituem um intervalo adequado para identificar avanços, permanências e deslocamentos teóricos e metodológicos, preservando a atualidade necessária para compreender os desafios contemporâneos da EJA. Essa etapa de busca foi realizada por três pesquisadores, chegando ao total de 82 trabalhos.

**Quadro 1** – Distribuição geral dos resultados

Base de dados	Trabalhos Encontrados
Catálogo de teses e dissertações	18
Google Acadêmico	54
Scielo	10
Total geral	82

**Fonte:** construção dos autores e autoras.

Para selecionar os trabalhos que mais se adequariam ao tema da pesquisa, foi realizada uma leitura prévia de cada texto, selecionando aqueles que abordavam sobre o corpo e a EJA, EJA como luta por direitos e políticas públicas, assim como sobre a inclusão e adequação das práticas pedagógicas na EJA ligadas à ideia de corpo ou de corporeidade. Como resultado, 11 estudos foram selecionados, sendo 1 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), 3 Dissertações de Mestrado e 7 artigos, conforme apresentado na tabela a seguir.

**Quadro 2** – Mapeamento dos trabalhos selecionados

Resultados					
Título	Objetivos	Autor(a)	Ano de Publicação	Tipo	Universidade/Revista
A aprendizagem na educação de jovens e adultos EJA: o desenvolvimento de políticas públicas e suas especificidades	Explicitar os direitos e as garantias dos jovens e adultos à educação no Brasil diante das dificuldades enfrentadas no seu cotidiano	ALVES, Maria Aparecida de Farias	2023	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	Universidade Federal da Paraíba - UFPB





As Trajetórias de Vida dos Estudantes-Trabalhadores da Educação de Jovens e Adultos: Os Significados da Educação Física Um Estudo em Uma Escola da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre	Compreender os significados da Educação Física nas trajetórias de vida dos estudantes-trabalhadores da Educação de Jovens e Adultos	REIS, José Antônio Padilha dos	2011	Dissertação (Mestrado)	Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
Avaliação de políticas educacionais: um estudo sobre os determinantes da evasão e do abandono escolar no Centro de Educação de Jovens e Adultos do Município Aquiraz – CEJAQUI	Compreender os fatores que contribuem para a evasão e o abandono escolar no CEJAQUI	SOUSA, Carlos Alberto de	2025	Dissertação (Mestrado)	Universidade Federal do Ceará - UFC
Avaliação da política pública de educação de jovens e adultos: evasão escolar e qualidade de ensino na escola municipal Raul Coelho de Alencar em Barbalha no Ceará	Avaliar a política educacional da EJA, em relação à evasão escolar e à qualidade de ensino na escola de Ensino Fundamental Raul Coelho de Alencar, em Barbalha, no Ceará	SILVA, Eliana Saraiva Batista	2024	Dissertação (Mestrado)	Universidade Federal do Ceará - UFC
A Educação de jovens e adultos entre o direito inconcluso e a exclusão silenciada Desafios ao novo plano nacional de educação	Colaborar com os debates para a elaboração do novo Plano Nacional de Educação (PNE), focando-se nos desafios da EJA	SANTOS, Robson dos et al.	2023	Artigo	Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais: contribuições ao novo Plano Nacional de Educação





A Educação de jovens e adultos na perspectiva das agendas internacionais e no Brasil	Discutir as principais orientações presentes nas agendas internacionais de educação das últimas três décadas e identificar o que estas priorizaram para a Educação de Jovens e Adultos (EJA)	NOVAES, Valéria Silva de Moraes	2024	Artigo	Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação
Indagações na/com a EJA no contexto de pandemia: uma experiência em círculos de cultura digitais	Explorar o desenvolvimento profissional contínuo dentro de uma Comunidade de Práticas em Educação de Jovens e Adultos no Brasil, especificamente no contexto da pandemia de COVID-19	MACHADO, Soraia Sales Baptista da Costa <i>et al.</i>	2021	Artigo	Revista Práxis Educacional
Jovens Mulheres: Motivos do Abandono Escolar na Educação de Jovens e Adultos, em Duas Unidades Escolares do Estado de Mato Grosso	Compreender os motivos pelos quais jovens mulheres abandonam a Educação de Jovens e Adultos	GOMES, Enerci Candido e CAMPOS, Maria das Graças	2020	Artigo	Revista Prática Docente
Jovens e adultos trabalhadores pouco escolarizados no Brasil e em Portugal: alvos da mesma lógica de conformidade	Analisar e comparar as políticas públicas de EJA implementadas no Brasil e em Portugal no início do século XXI	RUMMERT, Sonia Maria e ALVES, Natália	2010	Artigo	Revista Brasileira de Educação
Inquietações sobre o ensino remoto no contexto do CEEJA	Analisar os desafios e as implicações da implementação do ensino remoto durante a pandemia de COVID-19 num Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos (CEEJA)	MOTOKI, Leila Mary e ZANATA, Eliana	2023	Artigo	EJA em debate





As especificidades na formação do educador de jovens e adultos: um estudo sobre propostas de eja	Identificar e analisar as singularidades que caracterizam a formação dos educadores que atuam na Educação de Jovens e Adultos	SOARES, Leôncio	2010	Artigo	Educação em Revista
--	---	-----------------	------	--------	---------------------

**Fonte:** construção dos autores e autoras.

A redução de 82 estudos iniciais para 11 analisados, pode evidenciar a marginalização do corpo estudantil da EJA tanto na escola quanto na produção científica. Embora essas pessoas tenham experiências corporificadas atravessadas por marcadores sociais como raça, gênero, trabalho e envelhecimento, essas dimensões raramente aparecem como centrais nas pesquisas, o que confirma o que Arroyo (2017) aponta sobre a invisibilidade dos corpos populares na escola. Esse cenário também dialoga com hooks (2013), que denuncia a desvalorização de corpos marcados nas práticas pedagógicas e nos discursos acadêmicos. Esse primeiro mapeamento pode apontar certa negligência histórica que se reproduz tanto no cotidiano escolar quanto na literatura científica.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após o processo metodológico de seleção dos estudos, foi realizada a análise temática nos moldes estabelecidos por Braun e Clarke (2006), referente à categorização dos códigos semelhantes entre si identificados no processo de leitura dos textos. Foram estabelecidos três eixos temáticos: “A EJA e a garantia de Direitos Sociais”, “Identidades da EJA” e “A Práxis com a EJA”.

No eixo “A EJA e a garantia de Direitos Sociais”, foram selecionados e analisados os textos que apresentaram elementos relacionados à análise de políticas públicas voltadas aos estudantes da EJA, textos que expõem uma visão crítica sobre o modo como essas normativas estão sendo executadas, bem como os que propõem novas medidas para promoção de melhorias no cenário da EJA.

Para o eixo “Identidades da EJA”, o objetivo foi coletar textos que refletem sobre os sujeitos pertencentes à Educação de Jovens e Adultos e seus corpos enquanto sociedade. Nesse sentido, o critério estabelecido foi analisar os textos que possibilitaram identificar as características, necessidades, especificidades e desafios enfrentados por esses estudantes.





Por fim, no eixo “A Práxis com a EJA”, diante da observação que há uma necessidade de olhar para a prática docente diante de estudantes que possuem um perfil específico, os textos analisados explanam sobre práxis adequadas para serem executadas pelos professores, assim como sobre a importância de estabelecê-las como forma de obtenção de êxito no processo de ensino e aprendizagem.

**Quadro 3** – Trabalhos e Eixos Temáticos Selecionados

Temas		
	Autor (Ano)	Título dos Trabalhos
“A EJA e a garantia de Direitos Sociais”	ALVES, Maria Aparecida de Faria (2023)	A aprendizagem na educação de jovens e adultos EJA: o desenvolvimento de políticas públicas e suas especificidades
	SANTOS, Robson dos (2023)	A Educação de jovens e adultos entre o direito inconcluso e a exclusão silenciada Desafios ao novo plano nacional de educação
	SILVA, Eliana Saraiva Batista e (2024)	Avaliação da política pública de educação de jovens e adultos: evasão escolar e qualidade de ensino na escola municipal Raul Coelho de Alencar em Barbalha no Ceará
	NOVAES, Valéria Silva de Moraes, (2024)	A Educação de jovens e adultos na perspectiva das agendas internacionais e no Brasil
“Identidades da EJA”	MACHADO, Soraia Sales Baptista da Costa (2021)	Indagações na/com a EJA no contexto de pandemia: uma experiência em círculos de cultura digitais
	GOMES, Enerci Candido (2020)	Jovens Mulheres: Motivos do Abandono Escolar na Educação de Jovens e Adultos, em Duas Unidades Escolares do Estado de Mato Grosso
	RUMMERT, Sonia Maria (2010)	Jovens e adultos trabalhadores pouco escolarizados no Brasil e em Portugal: alvos da mesma lógica de conformidade
	SOUSA, Carlos Alberto de (2025)	Avaliação de políticas educacionais: um estudo sobre os determinantes da evasão e do abandono escolar no Centro de Educação de Jovens e Adultos do Município Aquiraz – CEJAQUI
“A Práxis com a EJA”	MOTOKI, Leila Mary (2023)	Inquietações sobre o ensino remoto no contexto do CEEJA
	SOARES, Leôncio (2010)	As especificidades na formação do educador de jovens e adultos: um estudo sobre propostas de EJA
	REIS, José Antonio Padilha dos (2011)	As Trajetórias de Vida dos Estudantes-Trabalhadores da Educação de Jovens e Adultos: Os Significados da Educação Física Um Estudo em Uma Escola da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre

Fonte: construção dos autores e autoras.





A seguir, apresenta-se o diálogo entre os eixos temáticos explicitados no quadro anterior, a partir da Análise Temática (Braun; Clarke, 2006).

## A EJA E A GARANTIA DE DIREITOS

No Brasil, há diversas normativas positivadas que estabelecem o direito à educação como um direito fundamental de todos os cidadãos, como a Constituição Federal Brasileira (1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996). Instituir essas normas deveria ser suficiente para que todos tivessem seus direitos assegurados, porém essa realidade não chega em todas as regiões, ou seja, o resultado é um índice significativo de pessoas jovens, adultas e idosas que não iniciaram ou concluíram seus estudos.

Segundo Alves (2023), a ausência de políticas públicas para alcançar a equidade de raça e gênero, melhor qualidade de ensino e econômica são os principais motivadores da evasão, falta de interesse em concluir os estudos e fracasso escolar. A autora aponta sobre a realidade de que as normas educacionais vigentes não abarcam toda a população brasileira, e aqueles que não conseguem usufruir de seus direitos são os estudantes marginalizados socialmente:

A história brasileira demonstra claras evidências de que as margens da inclusão ou da exclusão educacional foram sendo edificadas simétrica e proporcionalmente à extensão da cidadania política e social, no tocante à participação na renda e o acesso aos bens econômicos (Alves, 2023, p. 11).

Santos *et al.* (2023), por sua vez, aponta que o direito de estudar para pessoas jovens, adultas e idosas ainda não foi totalmente cumprido e que uma grande parte da população com pouca ou nenhuma escolaridade está sendo esquecida. Como exemplo, o Plano Nacional de Educação (2015) - que estabelece diretrizes, objetivos, metas e estratégias para a educação, com o objetivo de desenvolver a educação no país - estabeleceu direcionamentos para universalizar a oferta e integrar a EJA com a educação profissional, mas o balanço demonstrou que as metas não foram atingidas, principalmente devido ao baixo investimento e à insuficiência na estrutura oferecida. Com base nisso, Santos *et al.* (2023) propõe, de modo preciso, o movimento de reestruturação de como a EJA deve ser oferecida no território nacional





Nesse sentido, deve-se revisar o desenho curricular da oferta de EJA integrada à educação profissional, que se organiza como adição da carga horária profissional à da formação geral, resultando em um aumento de semestres a esse formato e, conseqüentemente, uma não atratividade e mesmo um desencorajamento à matrícula. Igualmente, deve-se atender àqueles trabalhadores que dela tenham necessidade e a jovens, entre 15 e 17 anos, que assim o desejem (atendimento articulado com os retornos obtidos pela chamada pública) (Santos *et al.*, 2023, p. 38).

Nessa perspectiva, identificar estudos que abordam sobre o modo como a educação está sendo garantida para essa parcela da população que não teve a possibilidade de estudar com dignidade é um dos pontos de partida para promover o incentivo à luta por direitos sociais para a EJA. Assim, o eixo temático “A EJA e a garantia de Direitos Sociais” possibilitou mapear e investigar como as problemáticas relacionadas à falta de acesso à educação, cultura e estabilidade na vida escolar impactam os estudantes, assim como as políticas públicas devem ser formuladas para essas especificidades individuais.

## IDENTIDADES DA EJA

Entrelaçando os pensamentos de Arroyo (2017), que apontam sobre o modo como a escola desconsidera a corporeidade do sujeito de direitos, e de hooks (2013), que destacam a importância do acolhimento das singularidades no processo educativo, é possível estabelecer que o reconhecimento e compreensão da existência da Identidade da EJA é de suma importância para o avanço da modalidade, seja em caráter educacional quanto em caráter de políticas públicas (Gomes, 2020).

A humanização, encarnada em nossas identidades, como fundamento pedagógico remete à necessidade cotidiana de afirmar a condição humana enquanto ação de humanizar, compreendida como a atribuição de sentido à vida na direção do que Freire (2023) denomina “ser mais”. A educação torna-se libertadora quando reconhece que os sujeitos da EJA se constituem como corpos conscientes, na acepção freireana, entendidos como corpos que percebem, interpretam e se posicionam no mundo. Esses corpos estão encharcados de cultura e carregam saberes produzidos em suas trajetórias e estabelecem relações com a realidade que os afeta e que também é por eles afetada. É nesse reconhecimento da consciência encarnada que se funda a possibilidade de uma pedagogia verdadeiramente emancipadora (Freire; Faundez, 2011).

Nesse sentido, faz-se necessário compreender quais são esses corpos majoritariamente pertencentes à EJA no Brasil. Iniciando pelos corpos “trabalhadores”, Rummert e Alves (2010) colocam em destaque os estudantes que precisaram e precisam colocar o trabalho como prioridade por questões





sócio-econômicas. Essas pessoas, que tiveram que abdicar de estudar e/ou de concluir seus estudos para garantir um sustento financeiro mínimo, veem na EJA uma oportunidade de recuperar o usufruto desse direito.

Em convergência, Gomes e Campos (2020) apresentam outra parcela de estudantes da EJA: a mulher.

historicamente ela sempre teve dificuldade de acesso à educação formal, seja pelo fato da exclusão social relacionada às questões de gênero, seja pela sobrecarga de trabalho que envolve, dentre outros fatores, a dupla jornada de trabalho, já que uma grande maioria tem um emprego fora de casa para suprir as necessidades básicas da família e ainda tem de dar conta dos afazeres domésticos (Saffioti, 2013 *apud* Gomes; Campos, 2020, p. 206).

Desse modo, é possível identificar que as estudantes mulheres da EJA fazem parte não só de um grupo que sofre desigualdade por recorte de gênero, mas também por questões de trabalho.

Por fim, é necessário trazer para o debate os estudantes idosos, parte da sociedade que, habitualmente, é marginalizada em diversas esferas sociais. Segundo o Estatuto do Idoso, define-se como idosa a pessoa com 60 anos ou mais. De acordo com dados do “Panorama da EJA no Brasil”, disponibilizados pelo Ministro da Educação, em 2024, cerca de 35,8% da população não alfabetizada no Brasil são de pessoas idosas (aproximadamente 4 milhões de pessoas), logo, essas pessoas também são consideradas público-alvo da EJA.

Desta forma, o eixo “Identidade da EJA” possibilita o estabelecimento e reconhecimento desse perfil como marcador para consolidar um pensamento crítico sobre as necessidades e especificidades da EJA e dos seus sujeitos de direitos. Esse corpo/sujeito só será reconhecido quando sua identidade for legitimada e valorizada socialmente. Sendo assim, o desenvolvimento da pesquisa permitiu entender que o sujeito da EJA - estudante dessa modalidade de ensino - possui uma identidade específica que se comunica com o mundo por meio corpo, logo, a EJA também possui uma identidade específica.

## A PRÁXIS COM A EJA

Por fim, existe um fluxo de pensamento que deve ser estabelecido ao colocar em discussão o tema “A Práxis com a EJA”, pensamento esse que leva em consideração o corpo/sujeito como detentor de experiências ricas e singulares que vão além da esfera escolar (hooks, 2013).





A Pedagogia Libertadora de Paulo Freire compreende a práxis como a unidade indissociável entre ação e reflexão crítica, única via capaz de transformar o mundo e de romper com a lógica da educação bancária, que reduz educandos a recipientes passivos e nega suas existências concretas. Em contraste, a educação problematizadora afirma os sujeitos como corpos conscientes que se movem no e com o mundo, produzindo sentidos, saberes e intervenções (Freire, 2005).

Nesse horizonte, o corpo supera sua interpretação meramente biológica, mas se assume enquanto território de experiência, de historicidade e de comunicação com o mundo a ser lido. Esse ser no mundo, por meio do corpo, é atravessado por marcadores sociais de diferença, como raça, gênero, idade, classe e territorialidade, que condicionam o modo como cada pessoa acessa ou é excluída dos direitos e da própria possibilidade de aprender. O diálogo com bell hooks (2013) amplia essa perspectiva ao evidenciar que toda pedagogia é corporal e política, uma vez que a EJA é habitada por corpos marcados por desigualdades e por potências, e que somente uma prática educativa engajada, crítica e amorosa pode enfrentar as estruturas de opressão que atravessam esses corpos. Assim, a práxis com a EJA, ao confrontar a desumanização presente na educação bancária, convoca uma pedagogia que reconhece as experiências corporificadas como fundamento para a produção de conhecimento e para a luta por liberdade (Freire, 2005).

A Práxis na EJA reconhece, valoriza e legitima o perfil de vida do estudante para obter êxito em sua trajetória escolar, Freire (2005) reconhece como suas experiências cotidianas e define a necessidade de que a práxis seja pautada nessas experiências. Sendo assim, esse eixo em questão permitiu consolidar a ideia de práxis com a EJA e aprimorar o estudo sobre a temática a partir de relatos de experiências existentes na academia (Motoki, 2023).

Ainda como forma de elucidar essas ideias, Connolly e Hussey (2013) analisam o papel da educação de adultos na constituição de uma democracia crítica, a partir do enfrentamento do sofrimento social identificado por esses autores em suas experiências como educadores de pessoas adultas. No mesmo horizonte analítico, McDermott, Shelton e Mogge (2012) descrevem a construção de oficinas de leitura e de práticas corporais, como a dança, a mímica e a interpretação, desenvolvidas com o intuito de promover o empoderamento de imigrantes. Tais oficinas foram orientadas por problematizações conduzidas pelos/as educadores/as e fundamentadas na práxis freireana, visando ao desenvolvimento da consciência crítica e à ampliação da participação dos sujeitos nos processos educativos e sociais.





Como exemplo, Soares (2010) aponta que a formação do educador e da educadora da EJA deve ser um processo contínuo e ligado à prática, valorizando a experiência acumulada por projetos de longa data. A formação deve ser conscientizadora e problematizadora, focando no perfil do estudante para dar uma resposta completa às suas necessidades, que vão além da mera escolarização. Reis (2011), por fim, relata que, sobre a formação de professores da EJA, é crucial abandonar a visão de que qualquer professor pode atuar na EJA, pois esse público possui necessidades e demandas muito específicas. Essa formação exige aprofundamento teórico constante para aprimorar a prática, pois o professor e a professora devem ser incentivados a serem pesquisadores, refletindo sobre o trabalho pedagógico, assim, qualificando-se continuamente para atender às particularidades da EJA.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho analisou, por meio de uma Revisão Integrativa, como os temas “corpo”, “Educação de Jovens e Adultos (EJA)” e “direitos sociais” se articulam nas produções acadêmicas contemporâneas. Percebeu-se ao longo da Revisão Integrativa, que a EJA ainda ocupa a marginalidade na produção científica no país. Foram selecionados para a Análise Temática 11 estudos que, posteriormente, foram alocados em três eixos temáticos: “A EJA e a garantia de Direitos Sociais”, “Identidades da EJA” e “A Práxis com a EJA”.

Essa empreitada evidenciou que o direito à educação ainda é um desafio à população brasileira. Assim, reafirma-se a EJA enquanto um território de resistência e de reconstrução identitária. Na articulação dos temas, o estudo evidencia que os sujeitos de direitos da EJA não são apenas destinatários de políticas públicas, mas protagonistas de suas próprias trajetórias de aprendizagem e de emancipação.

Essa perspectiva evidenciada amplia o olhar sobre o papel da escola e do educador, apontando para a necessidade de práxis pedagógicas e políticas públicas que reconheçam as experiências corporais, culturais e sociais dos estudantes como potências formativas e direitos sociais.

Os resultados dessa investigação convidam a uma reflexão sobre o compromisso ético da educação com a dignidade humana e com a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e sensível às múltiplas formas de existência. Sendo assim, considera-se que a educação só pode se fazer libertadora a partir do reconhecimento dos corpos estudantis que a EJA carrega e que estão “encharcados” (Freire; Faundez, 2011) de cultura e conhecimento sobre o mundo que os afeta e em que afetam também.





## REFERÊNCIAS

- ALVES, Maria Aparecida de Farias. **A aprendizagem na educação de jovens e adultos EJA: o desenvolvimento de políticas públicas suas especificidades**. 2023. 32f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2023.
- ARROYO, Miguel. **Passageiros da noite: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BOTELHO, Louise Lira Roedel; DE ALMEIDA CUNHA, Cristiano Castro; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e sociedade**, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011.
- BRASIL. **Ministério da Educação**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base. Brasília, DF: Inep, 2015.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.
- BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.
- BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative research in psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.
- CONNOLLY, Bríd; HUSSEY, Peter. The war against people: adult education practice for critical democracy. **The AdultLearner**, v. 1, p. 76-89, 2013.
- DI PIERRO, Maria Clara. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil. **Educação & sociedade**, v. 26, n. 93, p. 1081-1098, 2005.
- DI PIERRO, Maria Clara. A EJA no Brasil: avanços e desafios na garantia do direito à educação. **Cadernos cedes**, v. 30, n. 81, p. 281-301, 2010.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 45. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. **Por uma pedagogia da pergunta**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. v. 2. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.





GOMES, Enerci Candido; CAMPOS, Maria das Graças. Jovens Mulheres: Motivos do abandono escolar na educação de jovens e adultos, em duas unidades escolares do estado de Mato Grosso. **Revista de ensino, educação e ciências humanas**, v. 21, n. 2, p. 206-212, 2020.

JOÃO, Renato Bastos. Corporeidade e epistemologia da complexidade: por uma prática educativa vivencial. **Educação e pesquisa**, v. 45, p. 1-17, 2019.

MACHADO, Soraia Sales Baptista da Costa *et al.* Indagações na/com a EJA no contexto de pandemia: uma experiência em círculos de cultura digitais. **Práxis educacional**, v. 17, n. 45, p. 117-136, 2021.

McDERMOTT, Morna; SHELTON, Nancy Rankie; MOGGE, Stefen G. Preservice teachers' perceptions of immigrants and possibilities of transformative pedagogy: recommendations for a praxis of "critical aesthetics". **International journal of multicultural education**, v. 14, n. 2, p. 1-22, 2012.

MOTOKI, Leila Mary; ZANATA, Eliana. Inquietações sobre o ensino remoto no contexto do CEEJA. **EJA em debate**, v. 11, p. 76-87, 2023

NOVAES, Valéria Silva de Moraes. A educação de jovens e adultos na perspectiva das agendas internacionais e no Brasil. 2024. **Ensaio**, v. 32, n. 122, p. 1-22, 2024.

REIS, José Antonio Padilha dos. **As trajetórias de vida dos estudantes-trabalhadores da Educação de Jovens e Adultos**: os significados da Educação Física. 2011. 218f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2011.

RUMMERT, Sonia Maria; ALVES, Natália. Jovens e adultos trabalhadores pouco escolarizados no Brasil e em Portugal: alvos da mesma lógica de conformidade. **Revista brasileira em educação**, v. 15, n. 45, p. 511-528, 2010.

PEREIRA, Daniel de Aguiar; TODARO, Monica de Ávila. Paulo Freire e o corpo consciente. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPEd, 37. **Anais...** Florianópolis, SC: UFSC, 2015.

SANTOS, Robson *et al.* A educação de jovens e adultos entre o direito inconcluso e a exclusão silenciada: desafios ao novo plano nacional de educação. In: MORAES, Gustavo Henrique Moraes; ALBUQUERQUE, Ana Elizabeth M. de; BOF, Alvana Maria (Orgs.). **Cadernos de estudos e pesquisas em políticas educacionais**: contribuições ao novo Plano Nacional de Educação. Brasília, DF: INEP, 2023.

SILVA, Eliana Saraiva Batista. **Avaliação da política pública de educação de jovens e adultos**: evasão escolar e qualidade de ensino na escola municipal Raul Coelho de Alencar em Barbalha no Ceará. 2024. 142f. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2024.

Soares, Leôncio. As especificidades na formação do educador de jovens e adultos: um estudo sobre propostas de EJA. **Educação em revista**, v. 27, p. 303-322, 2011.





SOUSA, Carlos Alberto de. **Avaliação de políticas educacionais**: um estudo sobre os determinantes da evasão e do abandono escolar no Centro de Educação de Jovens e Adultos do Município Aquiraz – CEJAQUI. 2025. 182f. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Educacionais). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2025.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010.

---

### Gustavo Silveira

<http://lattes.cnpq.br/4104546840542292>

<https://orcid.org/0009-0001-3727-1547>

Universidade de São Paulo (São Paulo, SP – Brasil)

[gustavoms403@gmail.com](mailto:gustavoms403@gmail.com)

### Pricila Santana Conceição

<https://lattes.cnpq.br/4755473969741009>

<https://orcid.org/0009-0000-9589-4120>

Universidade Anhembi Morumbi (São Paulo, SP – Brasil)

[conceicaopricila@gmail.com](mailto:conceicaopricila@gmail.com)

### Laís Almeida Mascarenhas

<http://lattes.cnpq.br/3621475466773207>

<https://orcid.org/0000-0001-5526-0297>

Universidade São Judas Tadeu (São Paulo, SP – Brasil)

[laismascarenhas@yahoo.com](mailto:laismascarenhas@yahoo.com)

### Marcus Vinícius Cadindé de Souza

<http://lattes.cnpq.br/4748939516180689>

<https://orcid.org/0009-0005-8846-7688>

Universidade São Judas Tadeu (São Paulo, SP – Brasil)

[mcadide@hotmail.com](mailto:mcadide@hotmail.com)

### Valdilene Aline Nogueira

<http://lattes.cnpq.br/0832374257874938>

<https://orcid.org/0000-0002-5271-1635>

Universidade São Judas Tadeu (São Paulo, SP - Brasil)

[prof.valdilenealine@ulife.com.br](mailto:prof.valdilenealine@ulife.com.br)





## CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

**Autor 1:** participação na iniciação científica; análise temática reflexiva; escrita conjunta do texto.

**Autora 2:** participação em iniciação científica, realização das buscas nas bases de dados; participação na análise temática reflexiva, escrita conjunta do texto.

**Autora 3:** construção e realização das buscas nas bases de dados; mentoria da Iniciação Científica; escrita conjunta do texto.

**Autor 4:** construção e realização das buscas nas bases de dados; mentoria da Iniciação Científica; escrita conjunta do texto.

**Autora 5:** Idealização da pesquisa, acompanhamento das buscas nas bases de dados; orientação da Iniciação Científica; escrita conjunta do texto.

## FINANCIAMENTO

O presente trabalho faz parte do Programa de Iniciação Científica da Universidade São Judas Tadeu e contou com apoio financeiro da CAPES, em forma de bolsas de Mestrado.

## DISPONIBILIDADE DE DADOS DE PESQUISA

Todos os dados foram gerados/analísados no presente artigo.

## DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSES

Não há conflito de interesses.

## COMO CITAR ESTE ARTIGO

SILVEIRA, Gustavo *et al.* Corpos, direitos sociais e educação de jovens e adultos: uma revisão integrativa. *Corpoconsciência*, v. 30, e20741, p. 1-19, 2026. <https://doi.org/10.51283/rc.30.e20741>.

---

**Recebido em:** 15/12/2025

**Aprovado em:** 01/02/2026

**Publicado em:** 06/02/2026

